

Discurso político de Lula: o papel do marcador “não” na construção da persona textual

Lulas’s political discourse: the role of “not” in the construal of the textual persona

Erick Kader Callegaro¹

RESUMO

Ao produzirmos significados, nos vários contextos nos quais nos encontramos, estamos sempre avaliando o mundo ao nosso redor. Recursos linguísticos como o marcador negativo "não", indicador de polaridade negativa (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), constituem, para Martin e White (2005), um item léxico-gramatical com potencial semântico altamente avaliativo. Com este trabalho, objetivamos localizar, analisar e categorizar o uso do marcador negativo “não” em relação ao seu uso em contexto político e entender qual seu papel na construção da persona textual. O corpus constitui-se de um discurso de Lula proferido ao visitar o Retiro de Itaici, na assembleia do Conselho Nacional de Bispos do Brasil. Nesse discurso, Lula recorreu ao "não" 75 vezes, sendo o elemento léxico-gramatical mais recorrente no texto. A partir desses dados e através dos estudos sobre o fenômeno de negação, em Halliday e Matthiessen (2014), Martin e White (2005), Tottie (1987) e Pagano (1994), foi possível delinear quatro tipos de negação por meio do uso funcional do marcador negativo "não": quando o locus de negação é a oração projetante, Lula recorre à negação direta/proposicional ou à transferida/modal; quando o locus de negação é a oração projetada, Lula recorre ou à direta/proposicional, transferida/modal ou à gradual. Os resultados indicam que o uso intenso da negação é a tentativa de invalidação que o então novo presidente faz dos atos dos governos anteriores ao seu. A persona textual e o ethos também são apresentados enquanto conhecedores dos problemas e das condições das áreas sociais e econômicas da sociedade.

Palavras-chave: Sistema de Avaliatividade. Negação. Discurso Político.

ABSTRACT

When we produce meaning within the various contexts in which we found ourselves, we are assessing the world around us. Linguistic resources as the negative marker "not" (or “no”), an indicator of negative polarity (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), also constitute an element with highly evaluative semantic potential. In this study, we aim to identify, analyze and categorize the usage frequency of the lexicogrammar item "no" in Luis Inácio Lula da Silva’s speech, when he was visiting Itaici’s Retirement House, during the meeting of Brazilian Bishops’ National Council. In this speech, Lula used the marker “not” (or “no”), classified the most used word in the text. From these data and through the studies of the negation phenomenon in Halliday and Matthiessen (2014), Martin and White (2005), Pagano (1994), Tottie (1987), we propose five types of negation through the functional usage of the negative marker "not" (or “no”): when the locus of negation is upon a projecting clause, Lula chose between direct/propositional negative or transferred/modal negation; when the locus of negation is upon a projected clause, Lula chose amongst direct/propositional negation, transferred/modal negation or gradual negation. Our hypothesis is that the meaningful usage of negation is the invalidation that the new former president does on the acts of previous government. When denying, Lula reinforces the thesis that his government, once affiliated to the Workers’ Party, is different from others. Textual persona and ethos are also presented as aware of problems and conditions of social and economic areas of society.

Keywords: Appraisal. Negation. Political Discourse.

¹ Professor adjunto da Universidade Franciscana (UFN). Doutor pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria/RS, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7566-0220>. E-mail: erickcallegaro@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado que surge a partir da observação de discursos políticos e seus padrões linguísticos. Na procura de um representativo político, tínhamos um interesse especial pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, segundo uma pesquisa do Instituto Sensus, empresa fornecedora de serviços de pesquisas quantitativas na geração e obtenção de informações para formulações de estratégias no campo político, governamental e empresarial, encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes, doravante CNT/SENSUS, em 2010, terminou seus dois mandatos com um índice de satisfação de 87%, batendo o recorde de aprovação na história da Presidência brasileira, segundo a própria instituição pesquisadora.

Decidimos reunir todos os discursos políticos que Lula proferiu no primeiro semestre de seu primeiro mandato e os processamos com o auxílio da ferramenta computacional *WordSmith Tools 6.0* (SCOTT, 2006). Nos 107 discursos, disponíveis e coletados por meio do sítio da Biblioteca da Presidência, o *software* acusou a ocorrência de 3098 do marcador negativo “não”, sendo um dos elementos linguísticos mais proferido nos discursos de Lula.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é determinar os papéis léxico-gramaticais e semântico-discursivos da negação na construção da *persona* textual de Lula em um discurso em relação ao alinhamento/desalinhamento com seu público². Para atingir o objetivo geral a que nos propomos, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: i) selecionar um discurso que represente o fenômeno de negação, segundo critérios de tamanho de arquivo e número de ocorrências do marcador negativo “não”, dentro dos 107 discursos coletados; ii) caracterizar o contexto de situação em que o discurso selecionado foi produzido; iii) identificar todas as ocorrências em que Lula utiliza a negação através do seu elemento típico, marcador “não”; iv) categorizar os usos do “não” de acordo com Halliday e Matthiessen (2014) no nível léxico-gramatical e, de acordo com Martin e White (2005), no nível semântico; v) identificar as funções semânticas do “não” na construção da *persona* textual no discurso selecionado e vi) expor os efeitos retóricos originados do uso significativo da negação no discurso político de Lula. A partir desses objetivos, construímos, na seção a seguir, um arcabouço teórico que possa abordar a natureza discursiva, retórica e gramatical do fenômeno do discurso político. Após o referencial teórico, elaboramos a metodologia quantitativa para a realização dos objetivos e, depois, a análise quantitativa e a interpretação dos resultados obtidos para a análise qualitativa. Concluimos o presente artigo com considerações finais, na busca de reflexão sobre o referencial teórico, análise e interpretação dos textos e seu entorno contextual.

² Neste trabalho, os termos público, leitor e audiência são sinônimos a quem Lula dirige seus discursos.





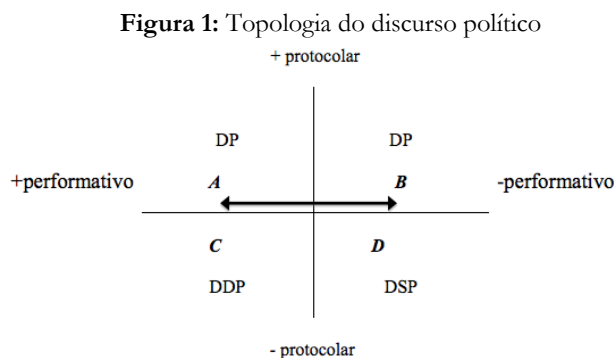
2 DISCURSO POLÍTICO, MODOS DE PERSUASÃO E *PERSONA* TEXTUAL

Gastil (1992), ao discorrer sobre atividade política, afirma que política e discurso são inextricavelmente ligados, porque a política, enquanto atividade verbal (CHARAUDEAU, 2011), apoia-se em estruturas linguísticas e comportamentos linguísticos que estão necessariamente ligados a estruturas de dominação e legitimação.

No campo da análise linguística, Charaudeau (2011) afirma que podemos, primariamente, pensar o ato político como atividade verbal e como ação. O ato de linguagem é regido por três princípios: o de alteridade, no qual nos definimos como sujeitos em relação ao outro; o de influência, no qual trazemos o outro para nós mesmos e, também, “para que o outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele [nós]”; e o de regulação, quando o outro também possui um projeto de influência. (CHARAUDEAU, 2011, p. 16). Já a ação política é o aspecto que determina a ordem social dos indivíduos para que possam conviver mais ou menos harmoniosamente, em vista do bem comum. Ambos aspectos da política (linguagem e ação) entram numa relação de reciprocidade, na qual um não existe sem a outra, originando-se práticas sociais de cunho político.

Charaudeau (2011) sugere, ao dissertar sobre os lugares de fabricação do discurso político, que é necessário focarmos no discurso político como ato de comunicação no qual se figura o lugar dos atores políticos que, dentro da cena de comunicação política, possuem o poder de influenciar as opiniões públicas a fim de obter adesões, rejeições ou consensos.

Para a fundamentação das discussões sobre discurso político como ato de comunicação, atrelado a um sistema de governo e espaço, trazemos Bochet *et al.* (2017) e Pinto (2006) que discorrem sobre maneiras de conduzir pesquisas sobre política e discurso. Bochet *et al.* (2017) apresentam a topologia do discurso político, conforme a Figura I.



Fonte: Bochet *et al.*, 2017, p. 145



Como se nota na figura acima, são dois eixos que regem a topologia: protocolaridade e performance. O primeiro diz respeito ao grau de formalidade em relação ao registro do discurso político, seja oral ou escrito, e contempla “procedimentos legais do fazer político, a depender das formas de governo e das particularidades de cada sociedade para com seu código moral e normativa”. O segundo eixo, o de performance, que vai ao encontro do ato de comunicação e o fazer político segundo Charaudeau (2011), mede o grau de performatividade de um discurso político, abordando tanto discursos contruídos, por exemplo, em épocas de campanha eleitoral até aqueles proferidos e/ou registrados em esferas institucionais com alto poder de modificação da política do estado civil. A partir dos eixos, três quadrantes são apresentados: discurso político (DP), discurso do político (DDP) e discurso sobre política (DDP) (BOCHET *et al*, p. 146, 2017).

O DP, localizado no quadrante A, caracteriza-se por ser mais protocolar e mais performativo, por estar na esfera institucional, e é composto de registros de discursos políticos produzidos em debates, em seções parlamentares, esferas institucionais do fazer político que efetivamente se transformam em leis e normas a serem seguidas pela sociedade. Já o quadrante B, de baixa performatividade, porém com alto e médio nível de protocolaridade, é composto de discursos oficiais de agentes políticos, manifestados em promessas de ações políticas que ainda não foram regulamentadas, anúncios oficiais sobre mudanças no fazer político, em níveis municipais, estaduais e federais.

Entre o quadrante A e o quadrante B, adicionamos uma seta de via dupla, para representar os registros de discursos políticos que flutuam entre o seu nível de performatividade. Por exemplo, quando um agente político discursa sobre uma potencial mudança legislativa ou uma mudança referente à cobrança de impostos, esse discurso é de alta protocolaridade, por se tratar de momentos oficiais acerca do funcionamento de um governo, porém, de baixa performatividade por não efetivamente modificar leis e normas do Estado.

No quadrante C, de baixa protocolaridade, porém, produzidos em esferas institucionais e de caráter performativo, encontra-se o DDP, realizado em discursos políticos de debates intrapartidários ou interpartidários, em documentos oficiais de partidos públicos que apresentam propostas de governo e agendas de compromissos sociopolíticos. Nesse quadrante, ocorrem as coligações de partidos públicos, que em primeira instância não possuem caráter protocolar de acordo com regras constitucionais estabelecidas, contudo, ocorrendo em esfera institucional por partidos políticos no poder, o caráter de performatividade é alto, pois, das decisões de aliança em questões sociopolíticas particulares, possuem alto potencial de normatização.

O discurso sobre política (DSP), localizado em D, goza de maior liberdade nas escolhas linguísticas, já que é menos protocolar e circula na esfera pública, conseqüentemente, de baixa performatividade.





Podemos localizar aqui os textos midiáticos sobre política, como notícias, reportagens, colunas de opinião, editoriais, falas de programas televisivos e até conversas informais entre eleitores.

Em todos os quadrantes, marcados pela natureza política, Pinto (2006) afirma que umas das principais características desse tipo de discurso é a sua necessidade de sobreviver e impor a sua verdade para um grande público e ainda sofrer com a condição de não conseguir. A autora (2006, p. 89) ressalta: “É o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de significações. Ele sofre cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução o do outro. É, portanto, dinâmico, frágil e, facilmente, expõe sua condição provisória”.

Dentro desse cenário de interpelação entre linguagem e ação, busca por poder, adesão e rejeições, o discurso político possui força pragmático-social. Charaudeau (2011) chama essa força de ação política. Segundo o autor, a ação política é vista de maneira ideal como um determinante à vida social com o desejo do bem comum, alcançada pela tomada de decisões coletivas da comunidade. Para que a ação social se corporifique e cause o efeito de mudança, é necessário que o discurso política possua, também, força persuasiva. Tanto Chilton (2004), Pinto (2006), DeSouza (2011) e Charaudeau (2011) confirmam a característica persuasiva do discurso político, pois para ter acesso ao poder, é necessário que o representante enuncie seu discurso político a fim de convencer que seu projeto político é melhor do que o do seu adversário, desconstruindo-o ao mesmo tempo que constrói o seu próprio. Chilton (2004, p. 5), retomado por DeSouza (2011), ainda ressaltam que política é “uma luta por poder entre duas partes, aquelas que procuram reclamar e manter poder e aquelas que procuram resistir a ele”. Nesse jogo retórico de persuadir a comunidade em relação à construção de laços de solidariedade e alinhamento para com o público, uma representação daquele que fala/escreve o discurso político surge, o *ethos*, que vem ao encontro do conceito de *persona* textual de Martin e White (2005).

Dentro da estrutura textual e discursiva de discursos de políticos, existe uma representação de identidade, um sujeito que opera por meio de argumentos retóricos para persuadir a sua audiência (CHARAUDEAU, 2011). Os estudos sobre essa representação discursiva dentro dos vários formatos de discursos políticos começaram com Aristóteles (2005), em sua obra “A Retórica”. O filósofo define retórica como a arte da persuasão e distingue três modos: *logos*, *pathos* e *ethos*. Entendemos aqui por persuasão quando um sujeito político tenta, através de um processo duplo, convencer seu público sobre a relevância do que seu discurso se propõe a apresentar e, ao mesmo tempo, fazer com que esse público tenha adesão aos valores que rondam tal projeto político. Trazemos uma citação de Charaudeau (2011, p. 79) que apresenta o duplo trabalho de um sujeito político e diz que

O político deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva; uma que corresponda ao conceito de político, enquanto lugar de constituição de um pensamento





sobre a vida dos homens em sociedade; outra que corresponda à prática política, lugar das estratégias de gestão do poder.

O processo de persuasão se move entre os campos da razão e da emoção. Charaudeau (2011) afirma que não apenas o sujeito político utiliza argumentos racionais para convencer seu público sobre o que está em jogo em seu discurso, mas também tenta tocá-lo numa “disposição de espírito”, para que o julgamento do público seja mais facilmente orientado para a direção que bem deseje.

Por um lado, o *logos*, que no grego significa razão, diz respeito ao uso da razão na estrutura retórica do discurso político, um apelo lógico que se materializa na descrição de fatos e funcionamentos de ideias ou na simulação deles. Do outro lado, o *pathos*, proveniente do grego significa paixão, excesso, catástrofe como brevemente citado acima, é o recurso retórico da emoção: o sujeito político apela para as emoções de sua audiência, seja na forma de metáforas, em suas promessas futuras, baseando seu discurso nas esperanças de seu público, ou, também, na maneira como o político performa seu discurso, de forma grandiosa e com um tom de voz alto.

O *ethos* é o modo de persuasão pelo qual o locutor constrói a sua representação de identidade enquanto sujeito político para seu público, mostrando-se fidedigno, entendido do assunto em pauta em seu discurso, isto é, mostrar-se digno de representar politicamente.

Porém, Charaudeau (2011) apresenta uma questão importante quando falamos sobre o *ethos*: sua construção é anterior ao ato de enunciar, um dado preexistente ao discurso, ou se inscreve no ato do discurso político? O autor propõe que ambos aspectos devem ser considerados ao pensarmos na forma como o locutor utiliza o *ethos* enquanto discursiva. Por exemplo, pensemos no discurso de posse de Lula proferido à nação no dia primeiro de janeiro de 2003. Nele, há dois movimentos representacionais que ocorrem concomitantemente: a construção de um *ethos* construído a partir daquilo que se fala e, também, a construção de um *ethos* que é construído de acordo com dados discursivos preexistentes sobre aquele que discursava.

Charadeau (2011, p. 115) reitera: “o sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si”. O sentido da palavra no discurso político dependerá da história político-discursiva do locutor (aquilo que ele é) e daquilo que ele fala/escreve no ato de comunicação (aquilo que ele diz). Portanto, o *ethos* é uma imagem de si (ARISTÓTELES, 2005), uma fusão entre a identidade discursiva e social do sujeito que enuncia.

Contudo, devido à natureza do *corpus* que será analisado, delimitaremos o conceito de *ethos*, focando apenas na construção de uma representação de sujeito que surge no ato comunicativo, mais especificamente, na imagem persuasiva que se origina da materialização linguística de discursos políticos. Nosso objeto de



estudo é de natureza escrita: mesmo sendo discursos feitos para a oratória de Lula em diversas ocasiões, os discursos foram registrados, primeiramente, no modo escrito. Também, delimitamos aqui o conceito de *ethos* para pará-lo ao de *persona* textual ou identidade textual, em consonância com o Sistema de Avaliatividade de Martin e White (2005). De acordo com os autores, ao recorrermos a elementos com o potencial avaliativo, construímos a partir do nosso texto, uma identidade textual, uma forma de avaliar o mundo particular e contextualmente condicionada.

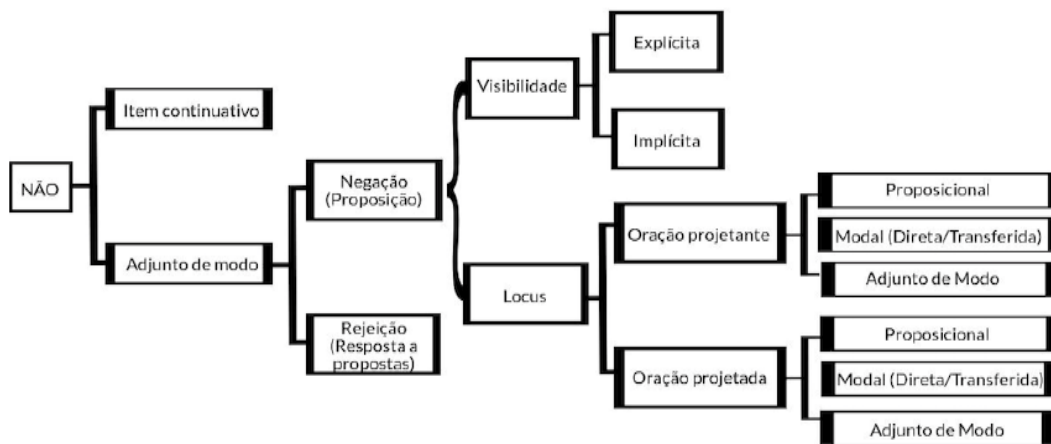
Ethos e *persona* textual se encontram e se complementam no que tange às construções particulares de posições ideológicas que são encontradas nos discursos políticos. Como já exposto, *ethos* é a imagem de si (ARISTÓTELES, 2005), imagem construída através de movimentos retóricos cujo objetivo final é persuadir públicos na adesão de projetos políticos para o bem comum da comunidade. A *persona* textual, caracterizada pela assinatura valorativa do sujeito político, vista por suas escolhas léxico-gramaticais pelo Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005) são construtos de vozes autorais cuja finalidade é a de se alinhar ou se desalinhar com seu público físico ou putativo e ao mesmo tempo, construir para seus textos leitores/ouvintes ideais.

3 INTERPESSOALIDADE E POLARIDADE

Enquanto representamos nossas experiências através da metafunção ideacional e organizamos as orações segundo a metafunção textual, também construímos significados interpessoais. Ao interagirmos com outros indivíduos, assumimos papéis de fala e, conseqüentemente, damos a eles outro papel de fala, caracterizando a interação como um processo de trocas entre ambos os interactantes. Com base em Halliday e Matthiessen (2014), acrescenta Vivan (2010, p. 247) que “[...] o falante expressa significados que tratam de sua relação com o outro, ao dar pistas ao interlocutor a respeito do grau de distância/proximidade ou de poder/solidariedade existente na interação”.

Na materialidade textual, é o sistema de Modo que realiza a metafunção interpessoal. Na Figura II, ilustramos, a partir de Tottie (1987), Pagano (1994) e Halliday e Matthiessen (2014), as escolhas possíveis sobre o Adjunto negativo “não”.

Figura 2: Sistema de escolha do Adjunto negativo não



Fonte: elaboração própria

Uma das formas de avaliação é uso da negação, em especial o marcador negativo “não”, de acordo com o Sistema de Avaliatividade de Martin e White (2005) e da perspectiva pragmática de Tottie (1987) e Pagano (1994). O Sistema de Avaliatividade, em relação à GSF, é uma das realizações semânticas da metafunção interpessoal. As avaliações ou as posições ideológicas que os agentes sociais negociam entre si são significados potenciais produzidos não somente em nível léxico-gramatical mas também na semântica do discurso, pois vão além do significado da oração, ou seja, “[são] recursos semântico-discursivos que servem para realizar os significados interpessoais no que tange à avaliação de coisas, comportamento das pessoas e seus sentimentos” (ALMEIDA, 2010, p. 39). Logo, as avaliações que construímos podem ser percebidas através de estruturas adjetivas, modalizadores, entre outras, mas também, de uma forma implícita, na qual devemos recorrer a outros elementos contextuais para esclarecer qual posição ideológica está em jogo.

O uso da negação enquadra-se no subsistema de engajamento. Este lida com as formas pelas quais nos engajamos a enunciados avaliativos e como os configuramos em nossas próprias avaliações. Quando estamos em jogo interativo, posicionamos nossas avaliações em referência a enunciados passados (aqueles produzidos pelas comunidades de crenças e valores compartilhados) e em referência a enunciados futuros. Martin e White (2005) buscam na perspectiva de Bakhtin (2000) a característica dialógica do enunciado: a realidade da linguagem é a interação verbal, ou seja, ao nos comunicarmos, encontramos-nos em constante diálogo com enunciados previamente construídos e antecipamos os enunciados do nosso leitor/ouvinte.



Como explicitam Martin e White (2005, p 92), os significados construídos no subsistema de negação são dialógicos, pois “falar ou escrever sempre revela a influência de, refere-se a, assume o que foi dito/escrito anteriormente e, simultaneamente, antecipa leitores/ouvintes reais, possíveis ou imaginados”³.

Buscando ainda em Bakhtin (2000), os autores trazem as concepções de heteroglossia e monoglossia. Segundo o autor russo, o processo de enunciação é de origem sócio-histórica, ou seja, ao produzirmos linguagem, trazemos ao nosso enunciado um fundo de vozes, oriundas das esferas sociais nas quais circulamos. Assim, Martin e White (2005) consideram todos os textos heteroglóssicos, pois eles pressupõem, tanto de forma explícita como implícita, outras realidades sócio-semióticas, que podem ser tanto divergentes ou convergentes; são construídos em referência a enunciados passados e possíveis ou prováveis enunciados futuros.

A partir da característica heteroglóssica do enunciado, nossos textos fazem sentido dentro de uma esfera social específica. Ao enunciarmos, vários significados que poderiam ter sido materializados linguisticamente não o foram, pois o conjunto de condições sócio-históricas não permitiu que tal escolha léxico-gramatical fosse feita. Percebemos, então, um processo de convergências e divergências das várias vozes que compõem nossos enunciados, nos quais há, segundo Martin e White (2005) uma “luta” para que o nosso texto consiga fazer, dessas outras vozes, a nossa própria voz.

De uma perspectiva pragmática, Tottie (1987), ao sistematizar o uso da negação, relata que a usamos para rejeitar sugestões e/ou negar proposições, cunhando duas categorias para tais propósitos: rejeição e negação. A primeira expressa volição por parte do locutor, enquanto a segunda serve para negar fatos, isto é, para negar proposições. Porém, Pagano (1994) defende que pode existir volição em negações e para melhor diferenciar os usos da negação, precisamos perceber qual componente funcional, experiencial ou interpessoal predomina no uso da negação

Baseada nos estudos sobre a negação de Tottie (1987), Pagano (1994, p. 252) esclarece “uma negação implícita é a negação de uma proposição que não fora formulada explicitamente no texto”. Portanto, as negações implícitas ocorrem quando o locutor apenas produz a versão negativa de sua proposição. A negação explícita acontece quando o locutor produz tanto a versão positiva quanto a negativa de sua proposição.

Na próxima seção, apresentamos a metodologia que construímos para proceder com a análise do discurso político de Lula.

³ Minha tradução. No original: “to speak or write is Always to reveal the influence of, refer to, or to take up in some way, what has been said/written before, and simultaneously to anticipate the responses of actual, potential or imagined reader/listeners” (MARTIN; WHITE, 2005, p 92).





4 METODOLOGIA

Dentre os 107 discursos coletados, elencamos um discurso que representasse o fenômeno de negação em sua variedade semântico-funcional. Em conformidade aos objetivos específicos deste artigo, usamos o critério da terminologia dada aos textos, tamanho do arquivo e número de ocorrências do marcador negativo “não”. A razão que embasou nossa escolha foi o i) a extensão do discurso e ii) a quantidade de do marcador negativo “não” presentes no discurso.

Portanto, o discurso selecionado para a análise do uso do marcador negativo é intitulado *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Retiro de Itaipu – CNBB*, foi proferido em Indaiatuba, São Paulo, em 1º de maio de 2003. Conforme já destacado anteriormente, esse texto apresenta 175 ocorrências do marcador **não**, motivo de sua representatividade dentre todos os 107 coletados.⁴ Conforme a topologia do discurso político de Bochet *et al* (2017, p. 146), tal discurso se encontra no quadrante B por possuir

baixa performatividade, porém, com alto e médio nível de protocolaridade, é composto de discursos oficiais de agentes políticos, manifestados em promessas de ações políticas que ainda não foram regulamentadas, anúncios oficiais sobre mudanças no fazer político, em níveis municipais, estaduais e federais.

Tal discurso, motivado por um ato de comunicação oficial na agenda do ex-presidente, é de baixa performatividade porque ocorre entre um representante oficial do governo, porém, em um contexto de situação que não necessariamente é capaz de modificar o estado civil de uma sociedade, em contraste, por exemplo, quando um presidente veta e/ou modifica textos de projetos de lei. É de protocolaridade média pelo caráter estrutural do discurso, que segue normas de introdução de representantes da CNBB e, novamente, encontra-se na agenda oficial do político.

Através da ferramenta computacional *WordSmith Tools 6.0* (SCOTT, 2006) e seus aplicativos *WordList* e *Concordance*, verificamos que o discurso possui 9992 *tokens* e 2000 *types* e uma taxa geral de repetição de 20,02%, configurando o texto no qual Lula mais recorre ao marcador negativo “não”, portanto, 175 vezes.

⁴ De acordo com a análise quantitativa, realizada por meio do *WordSmith Tools 6.0* (SCOTT, 2006), o discurso selecionado é o maior em extensão (número de palavras) e, também, o discurso que mais apresenta o uso do “não” em termos de quantidade. Logo, a partir do princípio probabilístico da linguagem, de acordo com o pensamento de Halliday (2005), quanto mais um texto apresentar uma palavra e/ou expressão, maior é a probabilidade de tal apresentar diferentes e distintas funções gramaticais e semânticas, a partir do ambiente léxico-gramatical (o é empregado antes e o que é empregado após o uso da palavra e/ou expressão) e do contexto de situação (campo, modo e relações).





Para que pudéssemos alcançar os objetivos que foram propostos neste trabalho, procedimentos tanto de caráter quantitativo quanto qualitativos foram adotados em relação à análise dos discursos de Lula. Sendo assim, a análise do *corpus* seguiu os seguintes passos, em todos os seus detalhes:

- 1) Categorização das ocorrências, no discurso selecionado, do marcador “não” em item continuativo ou Adjunto modal, conforme Halliday e Matthiessen (2014);
- 2) identificação da natureza do Adjunto modal, de acordo com Tottie (1987) e Pagano (1994);
- 3) determinação da visibilidade do Adjunto modal “não” em implícita e explícita, segundo Tottie (1987);
- 4) determinação do *locus* de negação, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014);
- 5) análise do Adjunto modal “não” na oração projetante, conforme Halliday e Matthiessen (2014);
- 6) análise do Adjunto modal “não” na oração projetada, conforme Halliday e Matthiessen (2014);
- 7) análise do modal “não” na proposição, conforme Halliday e Matthiessen (2014);

Por fim, procedemos à análise semântico-interpretativa, com intuito de delinear a *persona* textual, conforme Martin e White (2005), construída pelo Presidente Lula em seu discurso.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira categoria é o uso do marcador negativo “não” enquanto item continuativo ou Adjunto modal. Nesse sentido, nosso primeiro passo da análise léxico-gramatical consta nessa figura, que representa parte do diagrama central. Das 175 ocorrências, Lula recorre ao marcador negativo “não” em sua função de continuativo apenas uma vez no discurso selecionado para a análise, conforme o exemplo do excerto I (E1).

Excerto 1

E1 Ninguém vai pegar no nosso pé: “Convidamos e não vieram”. Não. Convidou, estamos lá, para fazer o debate...

Fonte: Biblioteca da Presidência da República

Nesse caso, a função semântica do “não”, que se encontra entre dois pontos e não possui *locus* de negação explícito, é a de sinalizar que um novo movimento da oração enquanto mensagem está começando. Poderíamos retirar o continuativo negativo, de função mais interpessoal ou oratória que ideacional, de modo que o significado de sua fala permaneceria o mesmo. As 174 ocorrências de Adjunto modal que verificamos no *corpus* constituem as próximas seções de análise, já que o único item continuativo encontrado não é o foco principal de análise.





A segunda categoria analisada, nas ocorrências de negação, é sobre o componente experiencial e interpessoal do Adjunto modal “não”. Mesmo que as escolhas léxico-gramáticas de ambas, rejeição e negação, sejam pelo Adjunto modal “não”, o seu uso pode ser distinto, se ou o componente experiencial ou o interpessoal se sobressair. Encontramos um único caso de rejeição no *corpus*.

Excerto 2

E2 De vez em quando, o verdadeiro amigo é aquele que faz uma crítica, é aquele que chama a atenção. Esse é, muitas vezes, mais amigo do que aquele que fica só “Ah, está maravilhoso. É bonito. Está extraordinário”. Então, eu não quero isso.

Fonte: Biblioteca da Presidência da República

Nesse trecho do discurso de Lula, ele rejeita a ideia de que um amigo é apenas aquele que o elogia, preza constantemente. Consideramos como negação, porque o componente interpessoal se sobressai ao experiencial. Tottie (1987) considera o uso do “não” enquanto rejeição quando há a presença de volição por parte daquele que nega. Logo, a volição, na fala de Lula, é representada pela escolha do processo mental desiderativo “quero” e pela escolha do Fenômeno “isso”. Nesse exemplo, o ex-Presidente rejeita a ideia do aparente “mais amigo”. Mesmo sendo uma fala corrida de Lula, o caráter interacional parece se sobressair.

Em relação à categoria de visibilidade Lula apenas explicita suas proposições em apenas 5 casos, conforme o excerto III.

Excerto 3

E3 Em economia, a gente, muitas vezes, faz e não fala, porque, se falar, não faz.

Fonte: Biblioteca da Presidência da República

Denominamos a categoria de visibilidade da negação porque o que a diferencia é se o locutor recorreu somente à proposição negativa ou se também à versão não marcada negativamente e sua contraparte negativa. As próximas categorias de análise partem do princípio de *locus* de negação, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014), ambiente linguístico no qual a negação incide. O Quadro I apresenta excertos retirados do discurso selecionado para análise.

Quadro 1: Relação entre *locus* de negação e sua tipologia

<i>Locus</i>		Oração projetada		Oração projetante
Proposicional	E4	[...] você não exporta porque você não tem <u>capital financeiro</u> .	E5	Eu não sei quantos <u>estão vivos</u> .
Modal	E6	Então, eu sei que não <u>posso</u> frustrar isso.	E7	[...] não se <u>pode</u> pensar que <u>o Presidente está disponível todo o dia para um debate</u> .



Negação adverbial de intensificação	E8	[...] há matéria ali sobre uma divergência minha com o padre Adelino e, depois, nós não só ficamos grandes amigos.	
-------------------------------------	----	---	--

Fonte: elaboração própria

A escolha pela negação, na oração projetante, acontece quando Lula incide a negação em uma oração inteira e esta não possui o Adjunto modal negativo. O “não” se encontra na oração projetante. Experiencialmente, Lula recorre a um processo mental, e este projeta uma oração, porém, negando-a na oração principal, isto é, o escopo de negação é uma oração, conforme o excerto 5.

No excerto 4, o *locus* de negação é um participante; os processos não projetam orações, não existe a presença de um elemento modal ou de um adjunto circunstancial do subsistema de graduação; logo, as negações se encaixam na categoria de proposicionais predicativas. Em nível experiencial, o interlocutor denota léxico-gramaticalmente o rompimento da representação semântica de sua experiência, por meio do Adjunto modal negativo que separa o(s) participante(s).

Nos excertos 6 e 7, Lula escolhe incidir a negação ou diretamente num elemento modal ou numa oração projetada por um processo mental, acompanhada de um elemento modal, isto é, o escopo de negação é o *continuum* entre as polaridades positiva e negativa. São 15 o número de ocorrências de negações modais.

No excerto 8, percebemos dentro do discurso do ex-presidente Lula recorre a uma negação adverbial de intensificação. Nesse caso, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014, p. 420), “só” é um Adjunto Adverbial de Modo, com função de intensificador, pois é realizado dentro do próprio Modo (em língua portuguesa, modo é equivalente a Sujeito + Predicador) e o Adjunto negativo “não” serve como um pré-modificador do núcleo. Os autores ainda afirmam que, em termos de locus de negação, o “não” na função de pré-modificador de Adjunto de Modo “tem o grupo adverbial como seu domínio, não a oração na qual o grupo adverbial funciona”. Distingue-se das outras negações, pois seu uso não denota a negação completa de uma proposição.

Nas negações supracitadas, Lula recorre aos Adjuntos “só” e “apenas” e polariza colocando o “não” ao lado ou próximo desses para em dúvida a completude verossímil da proposição, isto é, ela é somente verdadeira se acompanhada por outra proposição que completa a veracidade da precedente, condicionando-as a um caráter de dependência quanto à verdade que expressa: uma só é verdadeira se acompanhada da outra.

O Quadro II apresenta as ocorrências do marcador negativo “não”, de acordo com as categorias que propusemos nesta análise.



Quadro 2: Relação quantitativa de cada tipo de marcador negativo **não**.

Função gramatical	Quantidade	Porcentagem
Continuativo	1	0,5%
Rejeição	1	0,5%
Negação (na proposição)	144	82%
Negação (projetante)	8	4,5%
Modal (na proposição)	12	7%
Modal (projetante)	3	2%
Intensificação por negação	6	3,5%

Fonte: elaboração própria

Ao interpretarmos qualitativamente os dados, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014) e Martin e White (2005), voltamo-nos para o contexto histórico-político, em especial ao representante do Poder Executivo anterior ao de Lula, pois encontramos a trabalhar com o “não”, que é, ao mesmo tempo, dialógico e avaliativo, ou seja, o seu uso é atrelado a enunciados que foram produzidos anteriormente ao seu emprego imediato. Portanto, duas questões estão postas: para quem Lula se dirige ao negar, de forma implícita e explícita e que tipo de leitor putativo o ex-presidente constrói ao usar tantas negações em um só discurso.

Nossa hipótese é de que Lula recorre a essa quantidade significativa de negações, tanto nos 107 discursos coletados, num total de 3098 “nãos”, quanto no discurso analisado, com 175 “nãos”, pois o governo anterior ao seu, o do psdebista Fernando Henrique Cardoso, durou 8 anos, e Lula, apresentando-se como petista, sindicalista e a primeira pessoa a assumir a Presidência do Brasil que não possui ensino superior completo, ao contrário de seu predecessor, era o novo presidente. Lula, por meio de uma *persona* textual negativa, sente a necessidade de desconstruir o velho modo de exercer o Poder Executivo e construir um novo. Conforme Pinto (2006), o discurso político é frágil, efêmero e opera através da persuasão, do convencimento: ele desconstrói outro discurso político para, depois, se construir. O ex-presidente apresenta-se como aquele que deve corrigir/desconstruir, pela negação, velhas ideias, tanto sobre a sua história quanto a velhos modos de exercício de poder, e construí-las novamente, na forma de promessas, que também são marcadas pela negação, conforme analisamos a negação modal.

No discurso em análise, os participantes são Lula, enquanto Presidente recém-eleito, e os integrantes da Assembleia do Conselho Nacional de Bispos do Brasil. Recorrendo a fatos de sua história, promessas de governo, relatórios sobre a situação econômica do Brasil, a história da Igreja Católica com a do Partido dos Trabalhadores, Lula mantém seus laços de solidariedade por meio da negação e do fenômeno de contração dialógica. Dois momentos marcam esse movimento retórico: Lula, ao entrelaçar a história do Partido dos Trabalhadores e a da Igreja Católica (exemplo 8) e ao se comparar, pela negação, com outros bispos e padres (exemplo 9).



Excerto 9

E9 E eu sempre disse que a minha história é a história do PT, embora alguém possa não gostar ou não querer, mas foi exatamente isso, tem muito a ver com a Igreja. Mesmo que vocês não queiram, jamais escaparão de ter a vinculação da história do PT muito ligada à Igreja e, sobretudo, à Igreja Católica.

Fonte: Biblioteca da Presidência da República

Excerto 10

E10 Eu era avesso à política, não gostava de política, como quem sabe, muitos padres, muitos bispos falam que não gostam de política.

Fonte: Biblioteca da Presidência da República

Lula restringe semanticamente o espaço dialógico, porém, ao mesmo tempo, invoca os religiosos presentes. Não somente invoca aqueles ligados à Igreja, como, também, todos aqueles presentes no momento da assembleia da CNBB. As evidências linguísticas são o alto grau de personalização de seu discurso, marcado pela grande quantidade de pronomes pessoais do caso reto, como “eu”, “vocês” e “nós”, uso de expressões coloquiais e a maneira que se refere aos participantes. Outra característica da *persona* textual de Lula é a grande quantidade de declarações: ele não solicita ou questiona, apenas declara e oferece seus serviços aos integrantes da CNBB. As suas modulações ocorrem no formato de proposições e são direcionadas a si mesmo e não como ordens para outrem.

Em relação ao possível leitor ou leitor putativo, Martin e White (2005) afirmam que a relação entre locutor e leitor putativo, no momento em que o primeiro recorre ao campo semântico da negação, é a de corrigir equivocadas informações, as quais o locutor presume que seu público tenha. Lula, neste caso da negação, desconstrói as pressuposições que julga que seu público possa ter sobre ele e constrói-se novamente, no intuito de persuadir seu público, conforme consultado por Pinto (2006). Em relação ao leitor putativo, Lula o constrói como um público que desconhece sobre a sua verdadeira história, a quem faltam informações para um julgamento mais adequado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, a conclusão a que chegamos é de que a *persona* textual se engaja em proposições negativas para desconstruir discursos políticos anteriores ao seu e, assim, construir o seu próprio. Ela também se apresenta quase como um ser não político, similar ao seu público que também tem oportunidades de ação política dentro de seu Governo. A *persona* textual, ao mesmo tempo em que fecha o espaço dialógico, invoca os participantes para que eles se sintam menos excluídos em decisões do Poder Executivo. Porém, é também cuidadosa com a força de engajamento para com proposições cujo teor



polêmico pode causar desalinhamento com seu público. Lula também, através da *persona* textual, apresenta-se como um autocrítico que não se permitiu realizar ações que frustrassem seu público.

Condizente como a apresentação de sua *persona* textual, o leitor putativo é construído como um público que está acostumado com ações políticas de governos anteriores e desconhece novas maneiras de execução do poder; da mesma forma, desconhece problemas que o Brasil enfrenta, marcado pela negação proposicional. Por Lula recorrer, na maioria das vezes, a negações implícitas, ele representa linguisticamente a ruptura na construção de experiências que, talvez, seu público desconheça, técnica que, segundo Kress e Hodge (1979), por meio da operação modal negativa pelo marcador negativo não, pode criar realidades hipotéticas, escondidas na versão positiva das negações. Ao mesmo tempo em que constrói seu público, enquanto desconhecedor, Lula o dignifica e o invoca para participar de seu novo modo de governar o Brasil.

Quando nos referimos à tríade aristotélica dos modos de persuasão, *ethos*, *pathos* e *logos*, a *persona* textual se encaixa no conceito de *ethos* como produto de enunciação no momento em que Lula profere seu discurso: um ser quase não político, inclusivo, inquisidor, conhecedor dos problemas do Brasil, invocador, participativo e corretor de velhas ideias sobre como se governa um país. O modo de persuasão, *pathos*, ligado à emoção, efetiva-se em momentos nos quais o locutor toca a sensibilidade de seu público, por meio do processo de alinhamento. Esta categoria se encaixa na criação de laços de solidariedade, a qual Lula constrói com a parcela de seu público que é religiosa, entrelaçando sua própria história, a do Partido dos Trabalhadores e a da Igreja Católica. Um exemplo de solidariedade presumida ocorre quando Lula convida diretamente os participantes da CNBB, especialmente os religiosos, para debater sobre política, na parte final de seu discurso. O uso da negação se encaixa no conceito de *logos*, responsável pelo uso de fatos e figuras que suportam a tese do ex-presidente: é pela representação de inexistências de programas, reuniões, programas, ideias que Lula expressa seu modo persuasivo lógico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A. S. D. P. **A avaliação na linguagem:** os elementos de atitude no discurso do professor: um exercício em análise do discurso sistêmico-funcional. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

CHILTON, P. **Analysing political discourse: theory and practice.** Routledge: New York, 2004.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva>. Acesso em: 20 nov. 2012.





BOCHET *et al.* Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica. **Revista Moara**, n. 47, p. 128-151, jan./jun., 2017.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES/SENSUS. **Pesquisa de opinião pública**. Brasília: Sensus, 2010.

DESOUZA, V. **Power relations in padre Cícero’s epistolary political letters: an investigation in the light of systemic-functional grammar and critical discourse analysis**. 2011. 274 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GASTIL, J. Undemocratic discourse: review of theory and research on political discourse. **Discourse and society**, London, n. 3, v. 4, p. 469-500, 1992.

HALLIDAY, M. A. K. **Computational and quantitative studies**. New York: Continuum, 2005.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, M. I. M. **An introduction to functional grammar**. New York: Arnold, 2014.

KRESS, G; HODGE, R. **Language as ideology**. Boston: Routledge e Kegan, 1979.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation: appraisal in english**. New York: Palgrave, 2005.

PAGANO, A. A pragmatic study of negatives in written text. *In*: COULTHARD, M (ed.). **Advances in written text analysis**. New York: Routledge, 1994. p. 250-265.

PINTO, C. R. J. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, v. 24, n. 1, p. 78-109, 2006.

SCOTT, M. **WordSmith tools 6.0**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

TOTTIE, G. Where do negatives come from? **Studia linguistica**, New York, v. 36, p. 88-105, nov. 1987.

VIVAN, É. G. S. Interação e discurso: uma visão da linguística sistêmico-funcional. *In*: FERNÁNDEZ, D; GHIO, E (org.). **El discurso em español y português: estudos desde uma perspectiva sistêmico-funcional**. Santa Fe: Universidad Nacional Del Litoral, 2010. p. 231-269.

Artigo recebido em: 22/01/2020

Artigo aprovado em: 29/04/2020

Artigo publicado em: 07/07/2020

COMO CITAR

CALLEGARO, E. K. Discurso político de Lula: o papel do marcador “não” na construção da persona textual. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 9, p. 1-17, e02007, 2020.

